



PEDAGOGIA SOCIAL: MEMÓRIAS QUE INSPIRAM

Alyssa Thaynara Kecheleski¹
Maria Clara Dias da Silva²
Marjorie Pelik Kempe Camargo³
Milena Antunes Elias⁴

Resumo: Este artigo dedica-se à valorização das narrativas de pessoas idosas, evidenciando a relevância de suas trajetórias e experiências vividas ao longo do tempo. A investigação foi desenvolvida no Centro de Convivência dos Idosos (CCI), onde foram coletadas biografias que revelam a riqueza e o significado desses testemunhos pessoais. Foi utilizado uma abordagem metodológica qualitativa e descritiva, por meio da realização de entrevistas e conversas, que permitiram compartilhar vivências dos participantes. O principal objetivo deste estudo é destacar o saber acumulado pelos idosos, bem como os impactos que esse conhecimento pode exercer sobre as novas gerações.

Palavras-chave: centro de convivência; pessoa idosa; biografia

Abstract: This article is dedicated to valuing the narratives of elderly people, highlighting the relevance of their trajectories and experiences lived over time. The research was developed at the Senior Citizens' Community Center (CCI), where biographies were collected that reveal the richness and meaning of these personal testimonies. A qualitative and descriptive methodological approach was used, through interviews and conversations, which allowed participants to share their experiences. The main objective of this study is to highlight the knowledge accumulated by the elderly, as well as the impacts that this knowledge can have on new generations.

Key-words: community center; elderly person; biography

¹ Graduando do curso de Licenciatura em Pedagogia da UNIFATEB, campus Telêmaco Borba – e-mail: <kecheleskialyssathaynara@gmail.com>

² Graduando do curso de Licenciatura em Pedagogia da UNIFATEB, campus Telêmaco Borba – e-mail: <claradiastb@gmail.com>

³ Professora do curso de Licenciatura em Pedagogia da UNIFATEB, campus Telêmaco Borba – e-mail: <marjorie.camargo@unifateb.edu.br>

⁴ Graduando do curso de Licenciatura em Pedagogia da UNIFATEB, campus Telêmaco Borba – e-mail: <milenaantunes530@gmail.com>



1. INTRODUÇÃO

A educação, em sua dimensão social, não se restringe ao espaço escolar. Ela se manifesta nas relações cotidianas, nas práticas culturais e nas formas de convivência estabelecidas ao longo da vida. Nesse sentido, compreender a educação como um fenômeno que atravessa a sociedade é fundamental para reconhecer os múltiplos espaços e sujeitos que participam de sua construção.

Quando Paul Natorp (1904), considerado o precursor da Pedagogia Social, afirma que a sociedade educa seus membros não apenas por meio da escola, mas através de toda a sua forma de vida, evidencia que a educação extrapola os limites institucionais e se manifesta em diferentes espaços e relações. Em consonância com os princípios de Paulo Freire, a Pedagogia Social valoriza o diálogo, o respeito aos saberes dos sujeitos e o compromisso com a emancipação, partindo do “saber-fazer” dos educandos para a construção coletiva de novos significados e possibilidades de ação.

Diante disso, cabe refletir: com quem melhor aprender do que com aqueles que já possuíam saberes muito antes do que hoje se conhece? Essa perspectiva ressalta a importância de reconhecer os erros e acertos das gerações anteriores, atribuindo valor e memória às suas trajetórias.

Atualmente, entretanto, os idosos enfrentam inúmeros desafios, como o envelhecimento físico, o afastamento do convívio social, a solidão frequente e o sentimento de invisibilidade perante a sociedade. Somam-se a esses fatores a baixa autoestima, o enfraquecimento das capacidades cognitivas e a perda gradativa de vínculos com a cultura e a própria história de vida. Nesse contexto, torna-se imprescindível promover reflexões e discussões sobre tais dificuldades, muitas vezes negligenciadas.

É nesse cenário que surge o projeto “Memórias que Inspiram”, elaborado com o propósito de estimular a memória, fortalecer a autoestima, reafirmar a identidade e favorecer a integração social da população idosa. A iniciativa será desenvolvida no Centro de Convivência do Idoso (CCI) do município de Telêmaco Borba - PR, espaço que se constitui como ambiente propício à socialização e valorização da pessoa idosa.



Ao incentivar a partilha das histórias de vida, o projeto busca reconhecê-los como protagonistas de saberes e experiências que enriquecem a memória coletiva e contribuem para a construção de uma sociedade mais inclusiva e solidária.

2. DESENVOLVIMENTO

2.1 PEDAGOGIA SOCIAL: INCLUSÃO, TRANSFORMAÇÃO SOCIAL, EDUCAÇÃO AO LONGO DA VIDA

A Pedagogia Social constitui-se em um campo comprometido com os grupos em situação de vulnerabilidade, orientando-se por uma perspectiva humanista que se fortalece sobretudo na transição entre os séculos XX e XXI. Seu objetivo é compreender o ser humano em toda a sua trajetória, considerando a busca pelo autoconhecimento, a compreensão do outro e a construção de sentidos para a existência. Fundamenta-se em uma proposta de convivência equilibrada com o mundo, em harmonia com a natureza humana e com os ritmos sociais e ambientais.

De acordo com Caliman (2010), referência brasileira no campo, a Pedagogia Social configura-se como “uma ciência prática, social e educativa, não formal, que promove a socialização e a prevenção de conflitos sociais”. Nesse sentido, evidencia-se seu caráter de mediação e prevenção, contribuindo para a integração e o fortalecimento de vínculos comunitários.

Inserida nesse debate, a educação não formal revela-se como processo educativo que ultrapassa os limites escolares, contemplando dimensões que vão desde a formação para a cidadania política e a garantia de direitos até a capacitação para o mundo do trabalho, mediante o desenvolvimento de competências e o aproveitamento de talentos individuais. Inclui, ainda, práticas voltadas à organização coletiva, à resolução de problemas cotidianos e à interpretação crítica da realidade social. Nesse contexto, a educação comunitária emerge como prática pedagógica transformadora, baseada na participação ativa da comunidade. Em oposição ao modelo tradicional, valoriza os saberes locais, o diálogo e a construção coletiva do conhecimento, promovendo a cidadania engajada e a autonomia social. Sua centralidade está na participação popular, que transforma a comunidade de mera



beneficiária em protagonista do processo educativo, atuando na definição de temas, execução de atividades e avaliação de resultados. Tal envolvimento fortalece o senso de pertencimento e potencializa o empoderamento social, favorecendo transformações estruturais.

A articulação com setores como saúde, meio ambiente, cultura e assistência social amplia o alcance da educação comunitária, frequentemente apoiada em parcerias com universidades, organizações não governamentais e órgãos públicos. Do ponto de vista metodológico, destacam-se as oficinas participativas, rodas de conversa, mapeamentos comunitários e projetos colaborativos, que respeitam a cultura local e estimulam a criatividade e o pensamento crítico. Por meio dessas práticas, promove-se coesão social, valorização de identidades e acesso a direitos fundamentais. Contudo, a área enfrenta desafios, como a insuficiência de financiamento contínuo, a dificuldade de institucionalização nas políticas públicas e a resistência de setores conservadores da educação. Soma-se a isso a complexidade de avaliar impactos, muitas vezes perceptíveis apenas a longo prazo e em dimensões subjetivas da vida comunitária.

Assim, a educação comunitária afirma-se como alternativa pedagógica consistente para o enfrentamento das desigualdades sociais e o fortalecimento do desenvolvimento local, ampliando o acesso ao conhecimento e contribuindo para a construção de uma sociedade mais justa e participativa.

A educação popular, na perspectiva freiriana, configura-se como processo de libertação fundado no diálogo entre sujeitos. Trata-se de uma prática política e ética, voltada à formação de pessoas críticas, conscientes de sua realidade e aptas a transformá-la. Para Freire (1987), ensinar não é transferir conhecimento, mas criar condições para sua construção coletiva, reconhecendo o caráter político inerente a toda prática educativa, que pode tanto contribuir para a emancipação quanto reforçar estruturas de opressão.

Nesse horizonte, a educação popular parte da realidade concreta dos sujeitos, o que Freire denominou “leitura do mundo”, anterior à leitura da palavra. A partir dos “temas geradores” elementos significativos do cotidiano dos educandos promove-se um processo de reflexão crítica que conduz à conscientização e à práxis, isto é, a



unidade entre reflexão e ação transformadora. Essa prática transborda os limites escolares, manifestando-se no trabalho comunitário, na luta por direitos e na organização popular.

Ao resgatar memórias e experiências, especialmente de grupos historicamente oprimidos, a educação popular possibilita a compreensão das condições que sustentam a opressão e a descoberta dos sujeitos como protagonistas de suas próprias histórias. No âmbito desta pesquisa, a coleta de relatos de vida de pessoas idosas frequentadoras do Centro de Convivência do Idoso (CCI) permitiu revisitar vivências marcadas por alegrias, perdas, superações e aprendizados. Tal processo revelou-se fundamental para o fortalecimento da identidade, para a valorização das trajetórias pessoais e para o exercício do protagonismo, reforçando o papel desses sujeitos na construção da memória coletiva.

Tal constatação reforça a necessidade de ambientes educativos que promovam acolhimento, respeito e estímulo à autonomia, em consonância com os princípios da Pedagogia Social e da educação popular.

Quando, por exemplo, um aluno resolve um problema de álgebra, ou um matemático descobre um teorema, há, no início, um interesse intrínseco ou extrínseco, uma necessidade; ao longo do trabalho, podem intervir estados de prazer, de decepção, de ardor, sentimentos de fadiga, de esforço, de desânimo e outros; no final do trabalho, sentimentos de sucesso ou de fracasso [...]. (Piaget, 2014, p. 39)

Em concordância, evidencia-se como de acordo com o teor afetivo da situação, pode-se estimular ou perturbar, influenciando diretamente o cognitivo e decorrente a isso, o processo de aprendizagem. Contudo, a afetividade é fundamental para a constituição do saber, mas não é capaz, de sozinha, criar ou modificar estruturas cognitivas.

Piaget (2014) afirma que o motor necessário para o desenvolvimento da inteligência é o afeto, conseqüentemente o sujeito não desenvolve o interesse que o impulsiona a agir. Observa-se, no ambiente do CCI, que as memórias e experiências afetivas não apenas resgatam o passado, como também promovem uma ressignificação das histórias de vida, fortalecendo assim, a identidade e a autoestima dos idosos enquanto sujeitos ativos e agentes de transformação social.



Portanto, a afetividade, alinhada ao acolhimento proporcionado pelo CCI, cria um espaço propício para que esses indivíduos reflitam sobre suas vivências, superem desafios e reafirmem sua presença significativa na comunidade, para além de demonstrar que o processo de aprendizagem é contínuo e profundamente humano.

2.2 IDOSOS COMO SUJEITOS PEDAGÓGICOS: SABERES DA EXPERIÊNCIA

Paulo Freire propõe uma pedagogia da liberdade cujo ponto de partida é a prática, entendida como base da ação educativa. Para o autor, a teoria não se dissocia da realidade concreta, mas emerge dela, iluminando processos fundamentais como a alfabetização e a conscientização crítica. Em um país historicamente marcado pelo analfabetismo e pela desigualdade social, sua concepção pedagógica constitui uma ferramenta essencial de transformação. Desde os primeiros escritos, Freire defende a indissociabilidade entre teoria e prática e, sobretudo, compreende a pedagogia como instrumento de emancipação. Seu pensamento é dinâmico, constantemente reelaborado a partir das experiências concretas dos sujeitos em seus contextos sociais.

Nessa perspectiva, a educação é compreendida como caminho de libertação, sustentada por princípios democráticos e de justiça social. O ser humano afirma sua humanidade ao dialogar, refletir, criar e transformar-se, não como mero observador, mas como agente ativo de sua própria história. A consciência crítica ocupa papel central nesse processo, permitindo que os indivíduos se reconheçam como sujeitos históricos e políticos capazes de intervir na realidade.

A educação libertadora, portanto, não objetiva apenas a adaptação social, mas a integração crítica do sujeito, promovendo uma leitura profunda das relações e estruturas que organizam o mundo. Freire alerta, ainda, que a supressão da liberdade conduz à desumanização, reduzindo o indivíduo a uma adaptação passiva. Os sistemas opressores e mecanismos ideológicos atuam de forma silenciosa para inibir a criatividade e impedir a formação de uma consciência crítica, fazendo com que os sujeitos abdicuem, muitas vezes de modo inconsciente, de sua autonomia e poder de decisão. A proposta freiriana, nesse sentido, assume caráter ético e político: ao



valorizar a autonomia, o diálogo e a criticidade, convoca os educadores a assumirem o papel de agentes de transformação social. Educar, como defende o autor, é ato de amor e coragem, por meio do qual educadores e educandos constroem coletivamente um mundo mais justo e solidário.

No campo jurídico, o Estatuto do Idoso (Lei nº 10.741/2003) reforça esse entendimento ao estabelecer, em seu artigo 3º, que é dever da família, da comunidade, da sociedade em geral e do Poder Público assegurar, de forma prioritária e integral, a efetivação dos direitos fundamentais da pessoa idosa. O dispositivo assegura a preservação da dignidade, a promoção do bem-estar e a plena participação social, consagrando o princípio da corresponsabilidade e situando o envelhecimento como questão coletiva que exige ações integradas de diferentes atores sociais.

Na mesma direção, o artigo 20 do Estatuto assegura ao idoso o direito à educação, cultura, esporte, lazer, diversão, espetáculos, produtos e serviços que respeitem sua condição etária. Tal previsão reforça a concepção de que, embora o envelhecimento seja um processo biológico inerente a todos, o potencial de aprendizagem permanece ativo ao longo da vida. Nesse sentido, Silva (2002) destaca que “as necessidades dos idosos são muitas” e recorda que, nas Assembleias Mundiais sobre o Envelhecimento (1982 e 2002), a Organização das Nações Unidas recomendou aos países o desenvolvimento de políticas públicas integradas que contemplem áreas como promoção e assistência social, educação, saúde, trabalho e previdência. Essas iniciativas devem priorizar, sobretudo, a convivência, o lazer e a participação comunitária, reafirmando o idoso como sujeito de direitos e de saberes.

2.2.1 O papel dos Centros de Convivência de Idosos (CCI)

O Sistema Único de Assistência Social (SUAS) constitui-se como a estrutura pública responsável pela organização e gestão dos serviços de assistência social no Brasil. Fundamenta-se em um modelo de gestão compartilhada e participativa, que articula os três níveis de governo: municipal, estadual e federal, para implementar e financiar a Política Nacional de Assistência Social (PNAS). Essa articulação se



materializa em normas, serviços e estruturas que asseguram a proteção social, respeitando o pacto federativo e a corresponsabilidade entre os entes.

O SUAS organiza-se em dois níveis de proteção: a Proteção Social Básica e a Proteção Social Especial. A primeira tem caráter preventivo, voltado à redução de situações de vulnerabilidade e risco social por meio de programas, projetos, serviços e benefícios que fortalecem vínculos familiares e comunitários. Já a segunda destina-se a indivíduos e famílias que vivenciam violações de direitos, tais como abandono, violência física ou sexual, negligência e dependência de substâncias, exigindo acompanhamento especializado. Além desses serviços, o SUAS é responsável pela concessão de benefícios assistenciais articulados aos serviços socioassistenciais, pela gestão do Cadastro Nacional de Entidades e Organizações de Assistência Social (CNEAS) e pela certificação de entidades beneficentes que atuam na área.

Inserido na Proteção Social Básica, o Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos (SCFV) constitui uma intervenção social planejada que complementa as ações do Serviço de Proteção e Atendimento Integral às Famílias (PAIF) e do Serviço de Proteção e Atendimento Especializado às Famílias e Indivíduos (PAEFI). O SCFV organiza grupos por faixas etárias e promove atividades culturais, artísticas, recreativas, esportivas e educativas, buscando estimular a socialização, a autonomia e a construção de projetos de vida. Seu objetivo central é o fortalecimento dos vínculos familiares e comunitários, favorecendo o desenvolvimento de sentimentos de pertencimento, identidade e solidariedade.

O serviço é ofertado, principalmente, em Centros de Referência da Assistência Social (CRAS) e em Centros de Convivência, espaços estrategicamente localizados em territórios de maior vulnerabilidade, o que facilita o acesso da população e favorece a integração comunitária. A diversidade de metodologias adotadas – como oficinas, rodas de conversa e atividades intergeracionais – possibilita a valorização das experiências de vida, o estímulo ao protagonismo social e a formação cidadã dos usuários.

O público-alvo do SCFV abrange crianças, adolescentes, jovens, adultos, pessoas idosas e pessoas com deficiência em situação de vulnerabilidade. Também inclui beneficiários do Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal,



ampliando seu alcance e promovendo maior inclusão social. Em alguns casos, atividades intergeracionais são realizadas, permitindo a troca de saberes entre diferentes idades e a valorização de princípios como respeito, cooperação e solidariedade.

Nesse contexto, destaca-se o papel dos Centros de Convivência do Idoso (CCI), concebidos como espaços específicos para a socialização, a prevenção de riscos pessoais e a promoção do envelhecimento ativo. De acordo com a Secretaria Municipal de Assistência e Desenvolvimento Social de São Paulo (2023, p. 7), o CCI é “um local destinado ao desenvolvimento do trabalho social com grupos, por meio de atividades socioculturais e socioeducativas, dando oportunidade à participação da pessoa idosa na vida comunitária, prevenindo situações de risco pessoal e contribuindo para o envelhecimento ativo”. Esses espaços assumem, portanto, relevância estratégica na efetivação da política de assistência social, especialmente no que concerne à valorização da população idosa como sujeito de direitos e portador de saberes que enriquecem a memória coletiva.

Figura 1 - Espaço destinado para realização das refeições, local onde ocorrem outras atividades como por exemplo, o bingo



Fonte: Centro de Convivência do Idoso (CCI) do município de Telêmaco Borba, Paraná (2025).

No contexto dos Centros de Convivência para Pessoas Idosas (CCI), a pedagogia social desempenha um papel central ao propor ações educativas que



dialoguem diretamente com as especificidades dessa etapa da vida. Mais do que a mera transmissão de conteúdos, trata-se de valorizar histórias, reconhecer experiências e construir, de forma compartilhada, caminhos para a participação ativa dos idosos na sociedade. A educação, nesse sentido, configura-se como instrumento de transformação social, uma vez que não é possível alterar a realidade sem o envolvimento efetivo dos sujeitos, sem o diálogo e sem o respeito às suas trajetórias. Assim, o trabalho educativo nos CCI deve transcender práticas tradicionais, promovendo impactos significativos na vida dos participantes e favorecendo o fortalecimento dos vínculos grupais, da valorização pessoal e do exercício da cidadania.

Para os profissionais envolvidos, educar significa mais do que transmitir informações: implica contribuir para a construção de uma sociedade mais justa, em que o envelhecimento seja concebido como um processo digno e socialmente reconhecido. Nesse contexto, defende-se um modelo de formação que promova o desenvolvimento integral dos idosos, contemplando suas capacidades, desejos e saberes acumulados ao longo da vida.

Nessa direção, a concepção apresentada por Giubilei (1993) é elucidativa ao afirmar que “o idoso é aquele que vê no amanhã a continuidade do trabalho do hoje, aquele que não fica à espera do descanso eterno, que vai à luta, que busca preencher os espaços da vida, que se vê como um elemento útil à sociedade. Enfim, aquele que acredita e demonstra que tem experiências a serem relatadas e que, acima de tudo, é ainda capaz de grandes realizações”. A partir dessa perspectiva, evidencia-se a relevância do trabalho educativo em espaços não formais, como os CCI. É imprescindível desconstruir a ideia equivocada de que os idosos não podem mais contribuir socialmente. Para além dos cuidados relacionados à fragilidade física, faz-se necessário reconhecê-los como sujeitos portadores de saberes, experiências e potencialidades, cuja valorização pode gerar vivências formativas enriquecedoras no contexto comunitário em que estão inseridos.

3 METODOLOGIA

O presente artigo, intitulado *Memórias que Inspiram*, adota uma abordagem



EPIC 2025

XII ENCONTRO DE PESQUISA, XVI ENCONTRO DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA E
II ENCONTRO DE ENSINO E EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA



qualitativa com o objetivo de compreender aspectos sociais a partir das experiências vividas e dos significados atribuídos por pessoas idosas, valorizando suas culturas e contextos específicos. Tal metodologia privilegia a profundidade e a qualidade dos dados, buscando apreender os motivos, comportamentos e percepções que permeiam os fenômenos investigados.

As pesquisas de natureza qualitativa visam explorar, de forma abrangente, os “porquês” e “como” dos comportamentos, opiniões e sentimentos, ultrapassando a mera descrição factual. Nesse sentido, Potter e Wetherell (1987) destacam os repertórios interpretativos como conjuntos de termos utilizados na construção e interpretação de ações, refletindo diferentes contextos sociais e culturais. Essa perspectiva justifica a adoção da abordagem qualitativa no presente estudo, uma vez que possibilita a análise das trajetórias de vida de idosos frequentadores de um Centro de Convivência, considerando não apenas os acontecimentos objetivos, mas também suas interpretações e os universos culturais que os sustentam.

Minayo (2001, p. 14) reforça essa compreensão ao afirmar que “uma pesquisa qualitativa trabalha com o universo de significados, motivos, aspirações, crenças, valores e atitudes, o que corresponde a um espaço mais profundo das relações, dos processos e das deficiências que não podem ser limitadas à operacionalização de variáveis”. Assim, o enfoque qualitativo contribui de modo significativo para o enriquecimento da investigação, permitindo a exploração detalhada das narrativas e a valorização das vozes dos participantes.

De maneira complementar, o estudo incorpora também a abordagem descritiva, fundamental para a sistematização e organização das informações coletadas. A pesquisa descritiva caracteriza-se pela coleta sistemática de dados primários ou secundários, orientada à descrição de processos, especificações ou fenômenos, o que favorece uma compreensão mais ampla e estruturada do contexto investigado. Nesse sentido, atua de forma sinérgica com a qualitativa, ao fornecer base empírica que sustenta a análise interpretativa das histórias de vida.

O processo de coleta de dados, elemento central para a fidedignidade da investigação, foi conduzido por meio de entrevistas semiestruturadas e relatos de vida, metodologias que privilegiam a subjetividade e o aprofundamento das



experiências dos sujeitos. Como destaca Creswell (2014), “uma coleta de dados em pesquisa qualitativa deve ser cuidadosamente planejada e executada, permitindo que o pesquisador explore as percepções e significados que os indivíduos atribuem às suas experiências”. Nesse contexto, a investigação buscou captar não apenas os fatos objetivos, mas também as interpretações, percepções e emoções atribuídas pelos idosos às suas vivências.

Para a realização da coleta, previu-se a visita ao Centro de Convivência do Idoso (CCI), com a finalidade de dialogar com indivíduos com idade igual ou superior a 60 anos. Nessas interações, foram explorados momentos significativos de suas trajetórias de vida, em um processo de escuta ativa e empática. Além disso, incentivou-se o uso de objetos pessoais com valor afetivo, como fotografias e lembranças, com vistas a enriquecer a narrativa das memórias e a fortalecer um ambiente acolhedor e propício à partilha. Ao valorizar as histórias de vida como fontes legítimas de conhecimento e de sabedoria acumulada, esta investigação configura-se como uma oportunidade singular de aprendizagem, reconhecimento e inspiração.

Figura 2 - Coleta dos testemunhos de vida dos frequentantes do Centro de Convivência do Idoso (CCI)



Fonte: Centro de Convivência do Idoso (CCI) do município de Telêmaco Borba, Paraná (2025).

Segundo Bosi (1994), a memória constitui um espaço simbólico no qual o



sujeito reconstrói o seu passado e reafirma sua identidade pessoal e social. Nesse processo, não se trata apenas de recordar fatos, mas de atribuir sentidos às experiências vividas, reinterpretando-as à luz do presente. A memória, portanto, atua como um elo entre individual e coletivo, resgatando trajetórias singulares que se entrelaçam com a história social.

Com base nessa compreensão, o presente artigo propõe-se a evidenciar a relevância do papel desempenhado pelas pessoas idosas na construção da memória social e na transmissão de saberes e experiências às gerações futuras. Ao compartilharem suas narrativas, os idosos não apenas reafirmam sua identidade, mas também contribuem para a preservação de valores, tradições e práticas culturais que fortalecem a coesão comunitária. Assim, as histórias individuais revelam-se fundamentais para a compreensão mais ampla da história coletiva, permitindo que esta se constitua de múltiplas vozes e perspectivas.

Nesse sentido, é possível aproximar a memória e a experiência dos idosos da concepção freiriana de educação. Para Paulo Freire (1987), o processo educativo deve partir dos saberes da experiência vivida, reconhecendo nos sujeitos a capacidade de ler o mundo e transformá-lo. A memória, ao ser narrada e compartilhada, transforma-se em instrumento pedagógico, pois possibilita o diálogo, o confronto de gerações e a construção coletiva de significados. Trata-se de um exercício de pedagogia social, que se fundamenta na valorização da história de vida e no respeito à dignidade humana, reconhecendo os idosos como protagonistas de saberes que educam e inspiram.

Assim, a valorização da memória dos idosos transcende o âmbito da recordação, assumindo uma função pedagógica e social. Ao serem reconhecidos como sujeitos históricos e produtores de saberes, tornam-se mediadores de processos formativos que dialogam com diferentes gerações, promovendo vínculos de pertencimento, solidariedade e respeito intergeracional. Dessa forma, a pedagogia social encontra na experiência da velhice um espaço privilegiado de aprendizagem, no qual a memória atua como ponte entre passado, presente e futuro.



4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os Centros de Convivência para Idosos (CCI) configuram-se como espaços fundamentais para a promoção de uma vida ativa, saudável e significativa na terceira idade. Neles, os idosos encontram um ambiente seguro e acolhedor, que favorece a interação social, a construção de novas amizades e a participação em atividades coletivas. Essas práticas são essenciais para combater o isolamento social, frequentemente associado ao desenvolvimento de quadros depressivos e de outros problemas de saúde.

Além de proporcionarem momentos de convivência e troca de experiências, os CCIs estimulam a autoestima, o cuidado com o corpo e a mente e a manutenção da autonomia. As atividades ofertadas como exercícios físicos, dança, jogos, oficinas culturais e recreativas contribuem diretamente para a preservação da saúde física e mental, promovendo bem-estar e qualidade de vida. Dessa forma, os CCIs cumprem uma função pedagógica e social, ao mesmo tempo em que fortalecem os laços familiares e comunitários.

Ao valorizar o envelhecimento ativo e respeitoso, esses espaços reconhecem o idoso como sujeito de direitos e agente de transformação social. No caso específico do CCI de Telêmaco Borba, observa-se que os idosos participantes relatam sentir-se acolhidos e satisfeitos, ressaltando a importância da alimentação oferecida, das atividades recreativas e culturais, bem como das ações que contribuem para a melhoria do bem-estar e a preservação da saúde mental.

Em síntese, o presente projeto evidenciou a relevância das memórias, experiências e trajetórias dos frequentadores do CCI como elementos formativos, capazes de fortalecer a identidade, a autoestima e o sentimento de pertencimento. Tais aspectos são indispensáveis para a promoção de um envelhecimento digno e participativo. Nesse contexto, a pedagogia social assume papel central ao contribuir para a valorização do idoso enquanto sujeito de direitos, promovendo inclusão, respeito e protagonismo.

Reforça-se, portanto, a necessidade de ampliar os investimentos no fortalecimento dos CCIs como espaços de educação não formal e de convivência



intergeracional. Destaca-se ainda a importância de intensificar ações que favoreçam o aprendizado contínuo, o desenvolvimento de novas habilidades e a valorização do diálogo entre diferentes gerações. Sugere-se, ademais, que futuras pesquisas e iniciativas sociais aprofundem a exploração das potencialidades desses espaços, bem como investiguem alternativas que permitam expandir seu alcance e aprimorar a qualidade das práticas educativas voltadas à população idosa.

5 AGRADECIMENTOS

Expressamos nossa sincera gratidão ao Centro de Convivência do Idoso (CCI) do município de Telêmaco Borba, por nos acolher de forma tão cordial e viabilizar a realização deste projeto. Agradecemos também à professora Marjorie Pelik Kempe Camargo, que nos orientou com dedicação ao longo de todas as etapas do trabalho. Estendemos nossos agradecimentos às pessoas idosas que colaboraram para que o projeto *Memórias que Inspiram* se tornasse realidade, compartilhando generosamente suas trajetórias de vida, e aos nossos familiares, pelo constante apoio e incentivo.

REFERÊNCIAS

BOSI, Ecléa. **Memória e Sociedade: Lembranças de Velhos**. São Paulo: Companhia das Letras, 1994.

BRASIL. **Lei nº 10.741**, de 1º de outubro de 2003. Dispõe sobre o Estatuto da Pessoa Idosa e dá outras providências. Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, DF, ano 140, n. 190, p. 1, 3 out. 2003. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2003/l10.741.htm. Acesso em: 25 maio 2025.

CALIMAN, Geraldo. **Pedagogia social: seu potencial crítico e transformador**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2010.

COSENZA, Ramom; GUERRA, Leonor. **Neurociência e educação: como o cérebro aprende**. Porto Alegre: Artmed, 2011.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do oprimido**. 17. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

MINAYO, Maria C. de S. **Pesquisa qualitativa: teoria, planejamento e execução**. São Paulo: Editora Vozes, 2001.

EPIC 2025

XII ENCONTRO DE PESQUISA, XVI ENCONTRO DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA E
II ENCONTRO DE ENSINO E EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA



NATORP, Paul. **Pedagogia social**: teoria da educação da sociedade. Tradução de Fátima Alvim Barbosa e Sérgio Lessa. Petrópolis, RJ: Vozes, 2009.

ORLANDI, Eni. P.; et al. **Análise de discurso**: princípios e procedimentos. Campinas, SP: Pontes, 1999.

POTTER, Jonathan; WETHERELL, Margaret. **Discourse and social psychology**: beyond attitudes and behavior. London: Sage Publications, 1987

PIAGET, Jean. **Para onde vai a educação**. 7. ed. Rio de Janeiro: J. Olympio, 1980.

PIAGET, Jean. **Relações entre a afetividade e a inteligência no desenvolvimento mental da criança**. Rio de Janeiro: Wak, 2024.